

05. MOVIMENTO FEMINISTA E NOVAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

Maria da Conceição dos Santos¹

Introdução

Estariam agora encerradas as querelas do feminismo? Quando Simone escreveu o *Segundo Sexo*, constatou que “não parece que os volumes de tolices que se disseram neste último século tenham realmente esclarecido a questão” (BEAUVOIR, 1980, p. 7.), por isso se propôs a analisar a condição social das mulheres, concluindo que elas não ocuparam espaços sociais enquanto protagonista ao longo da história humana, de modo que “os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições” (BEAUVOIR, 1980, p.14).

Essa submissão da mulher foi construída e firmada ideologicamente, assim, a fim de provar a inferioridade das mulheres apelaram inicialmente para a religião, filosofia e teologia e tempos depois, para a ciência (biologia, psicologia experimental, etc.), objetivando naturalizar contextos de desigualdades, dando-lhe definições que a colocaram numa posição de sexo frágil, ser instável, que necessitava da tutela de um homem. A obra de Beauvoir se opôs a ideia de uma essência feminina, propondo que o tornar-se mulher é um processo sociocultural, significando um contínuo devir, que não está preso a um corpo e nem a um destino biológico.

Neste trabalho faço uma apresentação da atuação de feministas brasileiras, inicialmente retomo alguns pontos da história do feminismo, para em seguida centrar nas reivindicações, nas formas de atuação e conquistas do movimento situadas no contexto da luta pela redemocratização no país; por fim, analiso as novas formas de articulação que emergiram com a virada do século, a renovação nos modos e espaços de atuação feministas, desde a articulação em ONG's, à participação em conselhos gestores, chegando ao ciberativismo e à Marcha das Vadias.

Ao conectar feminismo e ações de combate à violência, exploro quais são as reivindicações e estratégias – antigas e atuais – de intervenção política e sua relação com as políticas públicas de combate a violência de gênero. Essas reflexões resultam de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
E-mail: conceicaooc.sociais@gmail.com.

minha trajetória acadêmica enquanto pesquisadora que se deteve na temática dos estudos de gênero e da minha inserção na militância feminista, parte dessa escrita é fruto das experiências em coletivos feministas na cidade de Aracaju nos últimos quatro anos.

O feminismo historicamente tem lutado por direitos iguais e contra a opressão e exploração dirigida às mulheres. O movimento tem caráter político e teórico, compreendo-os aqui em conjunto. Trata-se de um movimento social essencialmente moderno “surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos” (COSTA, 2007, p. 52).

Podemos compreendê-lo como a organização e ação das mulheres para mudar as relações de gênero que foram historicamente estruturadas de forma desigual, bem como, a luta pela igualdade de direitos e de respeito às questões específicas que as atinge e de suas identidades (negra, mãe, intelectual, classista, lésbica, trans, etc.). É também a reivindicação da desconstrução do que chamamos mulheres, pensada não como uma identidade fixa, fechada, mas como um jogo de significação aberta (SCOTT, 1995).

A autonomia e a horizontalidade são princípios que orientam a organização e prática do movimento feminista; auto organizadas em coletivos, ONG's, setoriais de mulheres em partidos, centros de estudos, etc., reivindicam o poder de tomar as próprias decisões nas relações com partidos, governo, igrejas e outros movimentos, assim, a descentralização é princípio organizativo que possibilita a participação e a tomada de decisões coletiva e autonomamente sem a existência de hierarquias e tutelas (ARTICULAÇÃO, 2015)²

No século XVIII algumas mulheres se destacaram como as primeiras vozes do feminismo na luta por igualdade política, é o caso da escritora Olympe de Gouges, que publicou em 1791 um texto intitulado *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*. Defendendo a inserção da mulher na vida política e civil em condições de igualdade com os homens, o que lhe resultou em pena de morte, acusada de querer ser um homem de estado e subverter a ordem natural. Naquele mesmo período na Inglaterra Mary Wollstonecraft, escreveu *Defesa dos direitos da mulher* em 1792, contestando diferenças “naturais” no caráter ou na inteligência de meninos e meninas. A inferioridade da mulher adviria

² Disponível em: <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Texto-base-1-Feminismo-como-movimento-social.doc>. Acesso: 01/04/2016.

apenas da sua educação, portanto propôs igualdade de oportunidades na formação intelectual (ALVES, PITANGUY, 2007).

No Brasil, a história de luta pelos direitos femininos destaca o nome de Nísia Floresta, ousada em suas ideias considerando o período em que as escreveu. Seu primeiro livro publicado em 1832, intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* “é também o primeiro livro que se tem notícia no Brasil que trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho e exige que elas sejam consideradas como seres inteligentes e merecedores de respeito pela sociedade” (DUARTE, 2006, p. 15). Já no início do século XX foi a renomada cientista e feminista Bertha Lutz, (1894-1976) a grande referência da campanha sufragista no país. Empenhou-se para expansão dos direitos políticos e civis às mulheres. Esse feminismo sufragista desempenhou funções de força social construtiva, como despertar as mulheres para os problemas que as afetavam, no entanto, se configurava como conservador, no sentido de não fazer à crítica a estrutura da sociedade competitiva, e de identificar-se com os ideais dos extratos sociais médios no que tange à ascensão social (SAFFIOTI, 1976).

Nos anos de 1930 e 1940 ocorre um refluxo na organização das mulheres, de alguma forma o sistema capitalista e socialista formalmente havia acatado às suas reivindicações de uma maior participação no mercado de trabalho e nas instituições escolares, direito de votar e serem votadas. No contexto do Brasil, o período de refluxo do movimento deveu-se em parte à própria conjuntura política, em 1937 com o golpe de Estado que deu início ao que ficou conhecido como Estado Novo. Em diversos países, após o término da Segunda Guerra Mundial, com o retorno da força de trabalho masculina, volta com força a ideologia que valoriza a diferenciação dos papéis sexuais, atribuindo às mulheres o espaço doméstico, com o intuito de retirá-las do mercado de trabalho e devolvê-los aos homens (ALVES, PITANGUY, 2007).

Uma nova sociedade se configurou a partir da década de 1960, o que Tourain chama de “sociedade pós- industrial”, à qual houve uma perda da centralidade do trabalho e dos movimentos em torno da questão de classe, e a afirmação de novas identidades, valores e estilos de vida, dentre os movimentos identitários encontra-se o feminismo (ALONSO, 2009). Da década de 1960 em diante – período marcante das lutas sociais dentro e fora do Brasil –, a força e a agenda dos movimentos feministas contribuíram – assim como os movimentos ecologistas, homossexual, pacifista, negro – para que os Poderes Públicos, a sociedade como um todo e o universo acadêmico

passassem a perceber sua importância, retirando-os parcialmente da invisibilidade política, o que levou estudiosos (as) das ciências sociais a classificá-los de *novos movimentos sociais* por concentrarem sua pauta política não mais (ou tão somente) na luta de classes, na esfera sindical e no mundo do trabalho. Os movimentos populares no Brasil e no conjunto da América Latina trouxeram majoritariamente a participação das mulheres para a cena política (GOHN, 1997).

Os novos movimentos sociais não estariam combatendo o estado, mas se configurariam como agentes de pressão social voltados para persuadir a sociedade civil, a abordagem teórica sobre os novos movimentos enfatizava a cultura, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas. Dando centralidade a questão da identidade coletiva criada no processo de militância (ALONSO, 2009).

Os ‘novos sujeitos’ não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas (Tourain lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais) e teriam em comum atitude de oposição. Seus exemplos principais seriam os movimentos feministas e ambientalistas (idem, p. 60).

Nesse sentido, a referida autora argumenta que os movimentos sociais aparecem como o novo ator coletivo, portador de um projeto cultural. Demandariam uma democratização social não no âmbito das leis, mas no dos costumes, sediada no âmbito da sociedade civil.

A chamada segunda onda do feminismo surge com força na Europa e Estados Unidos na década de 1960 estende-se até a década de 1980. No centro das discussões a luta por igualdade de gênero e contra discriminação, pela liberdade sexual; a denúncia da dupla jornada de trabalho e da violência contra a mulher. O movimento feminista passa a questionar as raízes culturais das desigualdades, recusando-se a aceitar determinismos biológicos que visavam legitimar a crença na inferioridade “natural” da mulher. Trouxe ainda uma nova tática de militância, os chamados “grupos de reflexão”, grupos informais, constituídos exclusivamente por mulheres, como forma de poder compreender-se, descobrirem-se e expressar-se sem a interferência masculina. Assim o que é individual transforma-se em coletivo, o privado torna-se público (ALVES, PITANGUY, 2007).

Surge na América Latina nos anos 1970, em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e sob o impacto do movimento feminista internacional e como consequência de uma maior incorporação das mulheres no

mercado de trabalho e da ampliação do sistema educacional (COSTA, 2007). No Brasil, simultaneamente à defesa de seus direitos e necessidades e da denúncia de suas desigualdades, as mulheres foram às ruas lutar pela democracia no país e para a conquista da cidadania (CRUZ, 2006).

2. A questão da violência contra as mulheres na pauta feminista brasileira

A violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos, esse reconhecimento foi possível a partir da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), nesse período já havia um fortalecimento do movimento feminista, isso significava um potencial de intervenção nas decisões políticas de âmbito internacional para combater a violência e para a construção da igualdade de gênero. Foi a partir das décadas de 1970-1980 que o tema da violência contra as mulheres ganhou maior visibilidade, pois até então era tratado como problema de âmbito privado, no entanto nesse período despontou como uma questão pública importante no Brasil, figurando como a pauta central da agenda das reivindicações feministas como apontam algumas pesquisadoras (SAFFIOTI 2004, REGINATO, 2014, PINTO 2003, RIBEIRO 2003).

Conceitualmente, a definição de violência é ampla e abarca diferentes formas seja psicológica, física ou sexual. Saffioti a define como “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2004, p. 17). Essa é uma concepção mais abrangente e não inclui formas mais sutis como coerção, intimidação, etc.

A violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.”³. Essa é a definição dada pela Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994), passou a ser amplamente utilizada entre pesquisadores do tema da violência contra mulher e como norteadora na formulação de políticas públicas de combate a violência de gênero.

Um dos fatores que desencadeou mobilizações públicas das feministas foi o caso Doca Street, em 1976, em Cabo Frio, Búzios, no Rio de Janeiro, após Angela Diniz

³ Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm> acesso: 17/05/2015.

romper relacionamento com Raul Fernando M. Diniz, o Doca, este, inconformado com a separação, matou-a. O crime ganhou forte clamor público. No primeiro julgamento, o juiz na época julgou o caso como legítima defesa da honra, Doca foi condenado a dois anos de detenção com direito a cumprir a pena em liberdade. Doca declarou que havia matado por amor. O primeiro julgamento foi anulado. O caso ganhou notoriedade e gerou uma ampla mobilização das feministas que criaram o slogan: “quem ama não mata”. Essa mobilização de certo, influenciou na decisão do segundo julgamento, no qual o assassino foi condenado a 15 anos de detenção (SAFFIOTI, 2004, PINTO 2003).

Nesse período surgiram várias organizações cujo objetivo era oferecer serviço de atendimento às mulheres que sofreram violência doméstica e sexual, bem como a criação das delegacias da mulher:

Os novos grupos feministas, como o Centro Brasileiro da Mulher, a Associação de Mulheres de São Paulo, os Coletivos Feministas, o SOS Mulher, dentre outros. Através de uma linguagem própria, as novas organizações vão buscar construir a identidade do movimento (REGINATO, 2014, p. 57).

A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, num dos documentos mais completos e abrangentes produzidos na época intitulado “Carta das Mulheres”, formulado por diversas feministas chamadas à Brasília, além de detalhar as demandas em relação aos direitos da mulher, no que se referia ao trabalho, saúde, etc., sua originalidade foi pautar a questão da violência contra a mulher, expresso numa detalhada proposta de defesa da integridade física e psíquica das mulheres, redefinindo o conceito de estupro e sua classificação penal, e solicitando a criação de delegacias especializadas no atendimento da mulher em todos os municípios do território nacional (PINTO, 2003).

Em nível internacional destaca-se o ano de 1975, que celebra oficialmente o primeiro Dia Internacional da Mulher⁴ e instituição da década da mulher, promovidas pela ONU. A partir daí a ONU passou a realizar muitas conferências mundiais sobre as mulheres, isso refletiu nas políticas de combate à violência. A Assembleia Geral das Nações Unidas numa de suas resoluções declara: “A violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres que conduziram à dominação e a discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem o pleno avanço das mulheres.”⁵

⁴ Em 1910 a comunista alemã Clara Zetkin na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas já havia sugerido o dia 8 de março como dia Internacional das mulheres.

⁵ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/pj-lei-maria-da-penha/o-que-e-a-violencia-contra-a-mulher> acesso 30/11/2014.

A criação de instrumentos internacionais de participação política e em defesa da expansão da cidadania das mulheres – conferências internacionais, a criação de tratados, planos e acordos⁶ – com os quais o Brasil se comprometeu e que orientam a criação de políticas públicas voltadas para equidade de gênero está intimamente relacionada a mobilização das mulheres e movimentos feministas que foram partícipes do processo de elaboração dos mesmos em defesa dos direitos humanos das mulheres. O combate à violência contra as mulheres tornou-se uma bandeira de luta mundial do movimento feminista, sob o lema “Nossos corpos nos pertencem”, expressão surgida na primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (1975) em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos (PREÁ; EPPING, 2012).

Os discursos de movimentos feministas, grupos de mulheres organizadas e de organizações internacionais convergiram para pressionar que o Estado brasileiro criasse medidas de intervenção e combate à violência, um dos mecanismos fora a criação de delegacias especiais de atendimento à mulher (DEAMs):

De 1985 a 2002, a criação de DEAMs e de Casas-Abrigo foi o principal eixo da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja ênfase, portanto, estava na segurança pública e na assistência social. Esse foco constituiu também a base do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher (SPM, 2014, p. 16).

No entanto, a forma como foram implementadas essas políticas, comumente de cima para baixo, recebeu bastante crítica do movimento feminista e de intelectuais (SAFFIOTI, 2004; REGINATO, 2014).

Nesse cenário reivindicativo de combate a todas as formas de violência contra as mulheres que as feministas trouxeram uma ampla discussão sobre o assédio sexual, defendendo que trata-se de uma violência e que deveria ser criminalizada sua prática nas relações de trabalho. Bianchini (2002) ressalta a relação entre feminismo e o fortalecimento da discussão sobre o assédio:

Talvez a tônica maior a respeito do assunto tenha surgido exatamente na sociedade norte-americana, em razão de esta nação ter sido também o berço de movimentos feministas de larga repercussão, cujas principais bandeiras de luta eram a favor da mulher trabalhadora (BIANCHINI, 2002, p. 3).

⁶ O Brasil, como outros países-membros das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), ratificou uma série de convenções, protocolos e planos de ação originados em diferentes eventos internacionais. “Incluindo-se aí os relacionados ao tema mulher, entre eles a Carta das Nações Unidas (1945), a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Declaração de Viena (1993), a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993), a Convenção de Belém do Pará (1995), a Declaração de Beijing (1995) e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw)” (PRÁ; EPPING, 2012, p. 38).

Também no Brasil as mobilizações pela criminalização do assédio nas relações de trabalho foram impulsionadas pelos movimentos feministas, estavam comumente ligadas a movimentos de trabalhadores e todos os projetos de lei anteriores à punição a título penal do assédio surgiram de proposições políticas ligadas ao Partido dos Trabalhadores e sempre assinadas por parlamentares do sexo feminino. Os projetos de lei foram assinados por Benedita da Silva, Marta Suplicy e Iara Bernardi (BIANCHINI, 2002).

Mais recentemente a criação da SPM em 2003 pretendeu fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, através da criação de Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres e de um Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na esfera Federal, que resultou na criação de serviços especializados como Casas-Abrigo e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (SPM, 2011). Além disso teve a aprovação da Lei n ° 11.340/2006, conhecida pelo nome de " Lei Maria da Penha" dispõe sobre os crimes de violência na esfera das relações domésticas e familiares contra as mulheres. Como ressaltou REGINATO (2015) a aprovação dessa legislação contou com o apoio de segmentos representativos do movimento feminista no Brasil em consonância com as recomendações internacionais de direitos humanos.

Depois de instalada uma Comissão Parlamentar Mista de inquérito em 2013 que analisava os casos de feminicídio no Brasil e a acusação – a partir de estudos e relatórios nacionais e internacionais – da conivência do estado com tais crimes, foi criada a lei do feminicídio, que contou com a mobilização de militantes feministas e agências internacionais de defesa dos direitos humanos e no combate a violência de gênero. Os casos de feminicídio são considerados crimes de ódio, no qual o homem assassina a mulher pela sua condição de mulher. Essa discussão principiou

no debate latino-americano a partir das denúncias de assassinatos de mulheres em Ciudad Juarez – México, onde, desde o início dos anos 1990, práticas de violência sexual, tortura, desaparecimentos e assassinatos de mulheres têm se repetido em um contexto de omissão do Estado e consequente impunidade para os criminosos (PASINATO, 2011, p. 221).

No Brasil “em março de 2015 foi sancionada a lei que introduziu no código penal brasileiro uma circunstância qualificadora do crime de homicídio que atende pela designação de feminicídio” (PASSOS, 2015, p. 71). Desse modo, os crimes cometidos que possuírem caráter misógino terão penas elevadas. Essa mudança está relacionada aos acordos internacionais que o Brasil se comprometeu que visam prevenir e erradicar a violência contra as mulheres e diante do alto índice de crimes por razões de ódio às mulheres, o estado sofreu pressão para que tomasse alguma medida.

As intervenções dos movimentos feministas, organismos internacionais, somados as ações e medidas do governo não alteraram estruturalmente a realidade da violência de gênero no país. Dentre as razões poderíamos apontar o mau funcionamento dos serviços sociais criados e seu sucateamento, além da ausência de verbas (RIBEIRO, 2003). Soma-se a isto a permanência de práticas misóginas arraigadas culturalmente, algo que a longo prazo poderia sofrer alterações se houvesse a inclusão da discussão de gênero e diversidade sexual nos currículos escolares que visa o respeito ao princípio da dignidade humana.

O assédio sexual está no rol das violências diárias que atingem as mulheres seja em espaços públicos – rua, ônibus, ponto de ônibus, praças, metrô – ou privados – no ambiente familiar ou dentro de instituições – tudo isso afeta a autonomia das mulheres de dispor totalmente sobre seus corpos; as opressões de gênero parecem querer o tempo inteiro provar que o slogan “meu corpo, minhas regras”, muito defendido entre feministas na atualidade, não é totalmente verdadeiro na prática, tendo em vista que em diversas situações e lugares esses corpos são alvos de controle e violência – assédio sexual, violência obstétrica, negação de direitos reprodutivos, são alguns exemplos.

As violências simbólicas, física e sexual demonstram que as desigualdades de gênero presentes nas relações cotidianas e a cultura machista continuam atualíssimas! Os dados sobre as violências contra as mulheres são alarmantes! De acordo com a ONU, sete em cada dez mulheres no mundo já foram ou serão violentadas em algum momento da vida⁷. Os dados do Mapa da Violência de 2012 mostram que entre 1980 e 2010 foram assassinadas no Brasil acima de 92 mil mulheres⁸. E o mapa de 2015, atualizou os dados internacionais sobre a taxa de homicídio feminino, nele o Brasil ocupa a 5ª posição de país que mais mata mulheres no mundo⁹. Já o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014, informa que foram registrados 50.320 estupros no Brasil.

⁷ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/violencia-contramulher/> Acesso: 01/04/2016.

⁸ Embora o relatório não diga diretamente as causas dos homicídios, descreve as circunstâncias e os meios utilizados: o local do incidente que originou as lesões que levaram à morte da vítima: entre os homens, só 14,3% dos incidentes aconteceram na residência ou habitação. Já entre as mulheres, essa proporção eleva-se para 41%. Os principais meios utilizados contra as mulheres são armas de fogo, 49, 2%, objetos cortantes ou penetrantes 25, 8%. Segundo o autor, “outros meios além das armas, que exigem contato direto, como utilização de objetos cortantes, penetrantes, contundentes, sufocação etc., são mais expressivos quando se trata de violência contra a mulher, o que pode ser indicativo de maior incidência de violência passional” (WASELFSZ, 2012, p. 10).

⁹ No contexto dos 83 países do mundo, com dados de 2006 e 2010.

Expor como se produziu ao longo do tempo esse lugar de subalternização que se impôs às mulheres, pode ser importante para que a sociedade civil organizada e o Estado criem alternativas que possam enfraquecer esses processos de opressão e violências que ainda se mantem e atualizam as desigualdades de gênero. Nesse sentido, as políticas de estado voltadas para o enfrentamento da violência e da desigualdade de gênero, os tratados e convenções internacionais que atuam em conjunto com os países signatários e a articulação de movimentos de mulheres do campo e da cidade e ONG's que atuam a nível nacional e internacional enfrentam o desafio de dentro de um sistema social desigual em sua estrutura, criar caminhos para que haja na prática igualdade e equidade de gênero.

3. Novas dinâmicas do movimento feminista e atualização da pauta da violência de gênero.

Para entender as formas de organização feminista no Brasil é interessante pensar em dois processos: a *institucionalização* e a *profissionalização*. De acordo com Celi Pinto (2003) a institucionalização ocorreu com a redemocratização, através da aproximação com a esfera estatal, por meio da criação dos conselhos do direito das mulheres, pelas conferências nacionais e através da criação das delegacias especializadas e pelo recrutamento de mulheres para ocupar esses espaços. O movimento também passou pela chamada profissionalização a partir da década de 1990 por meio do aparecimento de um grande número de ONGs¹⁰, que são importantes na luta pelos direitos das mulheres, mas sendo guiadas e financiadas pela agenda de fundações privadas, isso poderia representar um limite à luta política e ser indicativo da volta de um “feminismo bem-comportado”. A unidade do movimento e os princípios de autonomia e horizontalidade passaram a ser questionados frente a essas mudanças que vinham ocorrendo, no entanto, foi através desses mecanismos de atuação e da mobilização que avanços importantes aconteceram, como a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e a conquista de direitos garantidos pela nova constituição (PINTO, 2003).

¹⁰ Exemplos: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CCFMEA); as ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE), a Articulação da Mulher Brasileira (AMB), Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), a Assessoria Jurídica (THEMIS) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) (PINTO, 2003).

Há que se considerar que essa forma de participação do movimento na esfera pública possibilitou um maior acesso das mulheres aos espaços de poder, mas essa relação com entidades governamentais e privadas deixa o desafio de não ser cooptado pelas estruturas das instituições e de não amortecer a radicalidade de suas lutas nem a capacidade de enfrentamento, mantendo o princípio político de autonomia. A interlocução e articulação com o Estado é apontado por Costa (2007) como uma conquista para o movimento que passou a ocupar novos espaços (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios etc.) e conseguiu exercer pressão, ao mesmo tempo, ser parte na elaboração e execução de políticas públicas, ampliação das ações afirmativas e aprimoramento da legislação na defesa dos direitos das mulheres. Além disso, possibilitou uma expansão do movimento.

O tema da violência permanece atual na agenda feminista – violência racista, sexual, lesbofóbica, transfóbica, obstétrica, doméstica, etc. O que o feminismo traz diante disso é a discussão sobre a violência sexual através da inclusão de novos repertórios de ação, como o ciberativismo – que utiliza blogs, Twitter, sites e vídeos no You Tube e de intervenções mais dinâmicas como o movimento da Marcha das Vadias. Nesse cenário o assédio sexual nos espaços públicos aparece como uma questão importante, que tem sido articulada a partir de diversas perspectivas: através da atuação da ONG Think Olga¹¹ e da campanha “Chega de Fiu Fiu”¹²; do debate sobre a criação dos vagões exclusivos para mulheres em trens e metrô de algumas capitais como São Paulo e Rio de Janeiro e das propostas de mudança na legislação, exemplo do Projeto de Lei 64/2015 “Assédio em transporte” que está em análise no Congresso Nacional de autoria do senador Romário (PSB-RJ), que se aprovado, torna crime o ato de constranger alguém por meio de contato físico com fim libidinoso¹³.

Se por um lado uma parcela dos movimentos feministas e dos representantes políticos – a exemplo de Romário –, defende a criminalização do assédio sexual nos

¹¹ A Think Olga é uma organização não governamental que vem protagonizando as formulações e debates em torno da questão do assédio sexual e trazendo o debate à público. Para ampliar mais o debate sobre assédio sexual em locais públicos e combater a violência contra as mulheres a Think Olga elaborou uma cartilha e está concluindo um documentário sobre assédio sexual e em 2013 ela lançou na rede uma pesquisa relacionada a campanha Chega de Fiu Fiu contra o assédio em locais públicos. A pesquisa contou com 7.762 participantes e 99,6% delas afirmaram que já foram assediadas. Essa campanha tem um forte apelo e tem conseguido chamar atenção da mídia e do público para debater assédio sexual nos espaços públicos.

¹² Disponível em <http://thinkolga.com/cheга-de-fiu-fiu/> Acesso: 03/11/2014.

¹³ Disponível em: <<http://www.romario.org/portfolio/all/assedio-em-transporte-publico/>> Acesso: 03/03/2016.

transportes públicos, por outro, há a opinião de que a criminalização e penalização não resolvem por si só o problema da violência sexual. Quem defende essa posição, ressalta que com a criminalização do assédio sexual haveria uma brecha ainda maior para a ordem policial reprimir ainda mais a classe trabalhadora e a população negra e para o encarceramento em massa.

Sobre a criação do “vagão feminino” em trens e metrô, temos o exemplo da cidade do Rio de Janeiro que teve a aprovação em 2006, através da lei estadual 4.633 da criação de um vagão exclusivo para as mulheres nos horários de grande movimento de passageiros. Essa questão tem gerado muita polêmica. No geral representantes de movimentos feministas se opõem a tal medida por considerar problemática, segregacionista e tirar o direito de homens e mulheres conviverem no espaço público e legitimá-lo como masculino etc. Mas trata-se de uma questão polêmica na qual não há um consenso.

Já no Estado de São Paulo entre 1995 e 1997 tentou-se implantar vagões exclusivos para mulheres, a ação não teve sucesso. Em 2005, a proposta de destinar vagões nos trens e no metrô especialmente para mulheres voltou a entrar em pauta, desta vez na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) que em 2014 aprovou o projeto, sendo vetado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Movimentos feministas se pronunciaram em defesa de projetos alternativos e contra a criação do vagão¹⁴.

O ciberativismo tem demonstrado sua importância para divulgação do feminismo e ampliação do movimento, de modo que foi através dele que a geração mais jovem de militantes teve acesso a informações sobre o que é feminismo e passou a debater questões atuais que envolvem a militância, através dessas redes foi possível uma relação de identificação que jovens criam com ativistas reconhecidas nacionalmente, passando a constituir uma legião de seguidores. É possível aproximar esse método de ativismo com os antigos grupos de reflexão organizados por feministas na década de 1970, entendendo que na atualidade essas ativistas conseguem atingir e mobilizar um número grande de novos militantes que atuam nas redes sociais e em determinados momentos vai às ruas protestar e reivindicar direitos.

¹⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/08/alckmin-veta-criacao-de-vagao-rosa-nos-trens-e-no-metro-de-sp.html> acesso: 19/05/2015.

As feministas costumam ser acusadas nos meios virtuais, acadêmicos e na relação com outros movimentos de serem vitimistas, principalmente ao tratar da violência contra as mulheres. Uma das críticas que surgiu a partir das questões postas pelo movimento nas campanhas da década 1980 foi sobre a instrumentalização do uso do sofrimento. Nesse sentido, entende-se que as conquistas políticas demandariam a produção de um sofrimento para sensibilizar, tornando o lugar de vítima produtivo, “a noção de vítima configura, assim, uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral à suas reivindicações” (SARTI, 2011, p. 54).

No que se refere aos novos meios de articulação militante percebo como a posição de vítima e o sofrimento vivenciado por mulheres tem sido agenciado como um elemento de união que nasce através da partilha de experiências; prática alimentada entre coletivos, por campanhas virtuais como #meuamigosecreto e #meuprimeiroassedio e por páginas do facebook, nas quais anonimamente as vítimas narram as situações de violência sexual que passaram ao longo da vida ou na qual ainda se encontram. O sofrimento compartilhado reafirma a importância da *sonoridade* entre elas – este tem sido um termo amplamente utilizado entre as militantes e significa a união entre as mulheres e luta contra a rivalidade feminina. Aparece constantemente o discurso de que *você não está sozinha juntas somos fortes*.

É comum nos depoimentos as mulheres dizerem que se sentem culpadas, pois acreditam que pode ter provocado àquela situação de violência, ou que por não ter denunciado possibilitou que mais mulheres fossem também vitimadas, nesse sentido o discurso compartilhado entre militantes é que quem sofreu o assédio e outros tipos de violência sexual é vítima e por isso não tem culpa pelo que lhe aconteceu, essa relação virtual entre mulheres que não se conhecem mas que estão conectadas tem sido muito potente por defender a desculpabilização da vítima, afirmam sempre que não importa o que a mulher estava vestindo, não se trata de um potencial individual provocador, a culpa nunca é da vítima.

Considero que o ativismo virtual é um instrumento produtivo no combate a violência sexual. Trata-se de um recurso utilizado por militantes e organizações não governamentais feministas tanto para divulgação de dados e informações sobre violência dando visibilidade ao tema, quanto como espaço para que essas experiências

individuais sejam compartilhadas e venham a público, trata-se com frequência de um sofrimento que não fora compartilhado antes por medo, vergonha, falta de apoio, etc. Nessas redes de troca é produzido um ambiente de encorajamento para que haja enfrentamento de situações de assédio, para quebra de silêncios e são trocadas palavras de apoio criando uma rede de solidariedade entre as mulheres. A *Think Olga* e as páginas *Cantada de Rua conte seu caso*¹⁵, *Pare com o assédio nas ruas*¹⁶, *Chega de assédio*¹⁷, e *Preciso contar o que aconteceu comigo*¹⁸ são só alguns exemplos.

A conversão do tema da violência numa questão pública é uma herança do movimento feminista da década de 1980, além disso, há aproximações e novidades se compararmos aquela geração com o ativismo atual, nesse sentido, a Marcha das Vadias, tem sido uma das novidades dentro do movimento feminista na última década. Com novos repertórios reavivou a bandeira defendida na segunda onda do feminismo de que “nossos corpos nos pertencem” e de forma irreverente reanimou a prática de manifestar-se nas ruas, trazendo o corpo como elemento de contestação à violência sexual e como expressão da liberdade e autonomia das mulheres.

Trata-se de um movimento que surgiu em Toronto, em 2011 como protesto, após um policial numa palestra ao se referir a um estupro que ocorreu naquele período no Canadá, ter dito que se as mulheres não se comportassem como vadias, se não se vestissem com roupas curtas e não andassem sozinhas à noite, evitariam serem estupradas. A partir daí a marcha passou a ser realizada em vários países inclusive no Brasil.

Esse movimento é antes de tudo um manifesto contra o controle social dos corpos femininos. O medo das mulheres de serem vítimas de um crime ensina desde cedo qual é o seu espaço. Quem é o forte e quem é o fraco. Limita de várias maneiras a vida das mulheres, como não andar sozinha à noite, que tipo de roupa deve ou não usar e que tipo de atividades deve ou não fazer. Traz o debate ao direito da mulher a acessar os espaços públicos em igualdade de condições com os homens e exercerem sua cidadania. (SILVA, 2014).

A Marcha das Vadias que ocorre desde 2011 em várias capitais brasileiras, em Aracaju, é realizada desde 2012, por diversos coletivos feministas e pessoas

¹⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/CantadaDeRua/?ref=ts&fref=ts>

¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/assedioderua/?fref=ts>

¹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/chegadeassedio/?fref=ts>

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/precisocontaroqueaconteceucomigo/?fref=ts>

independentes de organizações que se identificam com ela. Possuindo um tom subversivo e ao mesmo tempo lúdico – primeiramente pela apropriação do termo vadia, em seguida as palavras de ordem cantadas e escritas nos corpos, o uso de percussão com latas, performances, jogral, etc. – apresenta uma forma diferente de experimentar a política, mais descontraída, espontânea, plural, descentralizada e independente e ao mesmo tempo em redes, com a participação de diversos coletivos e movimentos sociais, conta também com a presença de homens, demonstra que se trata de uma construção coletiva mas que é protagonizada pelas mulheres em defesa de seus direitos e confrontando o machismo e a violência.

Sob o lema “Meu corpo, minhas regras” pautam a autonomia das mulheres, a garantia de transitar em público sem ser agredida e violada sexualmente. É central a defesa de que a forma como as mulheres se comportam e se vestem não legitima o assédio e o estupro. O corpo emerge como instrumento político de enfrentamento e desconstrução de práticas e valores que subjagam as mulheres. Usando roupas curtas, sutiãs ou fazendo topless querem chamar atenção para o direito de vestir-se como quiserem sem que isso seja usado como desculpa para que sejam violentadas.

Mas o que causa mais impacto é a apropriação e ressignificação do termo vadia. O que as militantes argumentam diante das acusações e manifestações contrárias é que fora preciso enquanto oprimida pelo machismo que separa as mulheres entre santas e putas, utilizar um termo que historicamente fora usado para ofender e oprimir as mulheres, dando-lhe uma ressignificação, que incorpora a ideia de liberdade, de livre disposição sobre o próprio corpo e sexualidade e que “se ser livre é ser vadia, somos todas vadias”.

A Marcha das Vadias inova e ao mesmo tempo dá seguimento a formas usuais de participação, essa relação se dá no caso de Aracaju através da conexão entre algumas organizadoras ao longo do ano, inclusive para disputar e ocupar espaços como a Conferência Municipal de Direitos da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, para continuarem pautando as propostas e reivindicações feitas no ato da marcha, dentre elas estão a criação de mais casas abrigo para atender mulheres vítimas de violência doméstica e que as delegacias de atendimento às mulheres funcionem 24 horas e também durante os finais de semana, educação sexual e de gênero nas escolas, diminuição de impostos para empresas que contratem pessoas trans, etc.

A organização da Marcha das Vadias em Aracaju coincidiu e contribuiu com a insurgência de quantidade e diversidade significativa de coletivos e organizações feministas, que atuam prioritariamente no espaço urbano. O movimento reivindica a regulamentação da prostituição, a legalização do aborto, a melhoria nos transportes públicos, igualdade salarial e a laicidade do estado. Trata-se de um movimento que é criticado por alguns setores da esquerda, de um lado por ser entendida como uma pauta menor e de outro por se tratar de reivindicações consideradas pequeno burguesa ao invés de priorizar as contradições da relação capital trabalho. O que dá a entender que lutar por liberdade sexual, direito de ir e vir sem ser assediada, estuprada seria para essa ala de militantes, uma questão menor e conservadora no sentido de não pôr em xeque o sistema econômico. Soma-se a isto a reprovação popular que acredita que não é possível respeitar mulheres que se auto intitulam vadias.

A internet tem sido um instrumento de conexão entre militantes na coordenação de atos unificados pelo país, tendo auxiliado na construção da referida Marcha das Vadias desde 2011, em 2013 tivemos os atos “Fora, Feliciano” que pediam a renúncia do deputado, e em 2015 dos atos “Fora Cunha” protagonizados pelas mulheres em protesto a ofensiva conservadora do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha que representa um retrocesso aos direitos das mulheres e dos grupos LGBT. Elas protestam contra o Projeto de Lei 5069/2013 – de autoria do Presidente da Câmara, que se aprovado dificultará o aborto legal em caso de estupro e proibirá a indicação de uso da pílula do dia seguinte para mulheres vítimas de estupro –, contra a proposta da redução da maioridade penal, a criação do estatuto da família e contra a violência sexual contra as mulheres, além de pedir a deposição do presidente da câmara Federal, acusado de participar de esquemas de corrupção.

A título de uma conclusão

Contra as múltiplas opressões o movimento feminista vem combinando novas e antigas estratégias de organização e intervenção política. E tem se caracterizado pela diversidade de sujeitos com uma gama de identificações – lésbicas, negras, trans, indígenas, trabalhadoras do campo e da cidade, universitárias, etc. – que em conjunto articulam táticas de resistência cotidiana e tem como utopia a emancipação coletiva.

As feministas têm atuado em várias instituições como ONG's, centros de estudos e governo, possibilitando a produção e divulgação de dados¹⁹ que lançam luzes sobre a atualidade do problema da violência contra as mulheres e a criação de medidas para enfrentá-las. Combinam enfrentamento e disputa interna de espaços de poder e decisão política, como resultado temos as mudanças na legislação através da Lei Maria da Penha e da criminalização do feminicídio, a criação das políticas de combate a violência contra as mulheres desde a criação da SPM, campanhas internacionais, etc.¹⁹

Entre os desafios atuais enfrentados pelos movimentos feministas está a onda conservadora que se mantém firme e tem ocupado espaços importantes de decisão, como é o caso do atual Congresso Nacional com sua resistência à inclusão do debate de gênero nos currículos escolares, a proposta de criação do Estatuto da Família²⁰, a negação de direitos reprodutivos como a descriminalização e legalização do aborto, que tem propostas cada vez mais inviabilizadoras desses direitos, a exemplo do Projeto de Lei 478/07 conhecido como Estatuto do Nascituro que propõe criminalizar o aborto em todas as circunstâncias e o já citado Projeto de Lei 5.069/13, que impõe restrições ao atendimento ao Sistema Único de Saúde às vítimas de estupro.

Conservadorismo que está bem sedimentado, através de um histórico de negação de direitos das mulheres no país e tem sido alvo de contestação e enfrentamento das feministas. Entendo que esses são só alguns elementos que possibilitam perceber porque as diversas formas de violências contra as mulheres ainda são legitimadas e atualizadas. Mais recentemente a pauta da violência contra as mulheres sofreu mais um retrocesso com a perda de status de ministério da Secretaria de Políticas para as mulheres e sua incorporação ao Ministério da Cidadania, o que significa um recuo na visibilidade da pauta das mulheres em âmbito nacional e a redução de orçamento para Políticas Públicas de enfrentamento à violência de gênero. O constante ataque aos direitos das mulheres e a permanência de diferentes formas de violências fruto das relações de poder e do machismo que as vê como objeto, leva-me a afirmar que as querelas do feminismo ainda não estão superadas.

¹⁹ Mapa da Violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil; Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil; Anuário das mulheres brasileiras.2011; Balanço 2015 - 1º Semestre - LIGUE 180; SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL. Tolerância social à violência Contra as mulheres. IPEA. 2014;

²⁰ Instituição do dia 25 de novembro como o *Dia Internacional de Eliminação da Violência contra as Mulheres* desde 1999, pela Assembleia Geral das Nações Unidas; os *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*. Restringe o conceito de família apenas a casais heterossexuais, excluindo as outras formatações familiares.

Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua nova**. São Paulo, 76; 49-86, 2009.

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo. Brasiliense. 2007.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). **Feminismo como movimento social** (texto para discussão) 2015. Disponível em: <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Texto-base-1-Feminismo-como-movimento-social.doc>. Acesso: 01/04/2016

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo. Fatos e Mitos**. v.1. 5. ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1980.

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. 2007.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. Brasília, 2011. BIANCHINI, Alice. A legitimação do processo de incriminação do assédio sexual. In: JESUS, Damásio E. de; & GOMES, Luiz Flávio. **Assédio Sexual**. São Paulo. Saraiva. 2002.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete Pereira de, MALUF, Sônia Weidner, PUGA, Vera Lucia (org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2007.

CRUZ, Maria Helena Santana. Dimensões do feminismo em Sergipe – um pouco de uma história recente. In: _____. **Cadernos Feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do nordeste, n. 3, 2006.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta: a pioneira do feminismo brasileiro. In: _____. **Cadernos Feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do nordeste, nº 3, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Edições Loyola. 1997.

PASINATO, Vânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. In: **Cadernos Pagu**.

(37), 219-246. Julho-dezembro de 2011.

PASSOS, Aline. O feminicídio nas fronteiras da América Latina: um consenso? **Ecopolítica**, 12: mai-ago, 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2003.

PRÁ, Jussara Reis. EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

REGINATO, A.D.A. **Obrigação de punir: racionalidade penal moderna e as estratégias de controle da violência doméstica contra a mulher**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Sergipe.. 2014.

RIBEIRO, Mônica. **Relação classe-gênero nos centros de combate à violência contra mulheres. Uma crítica marxista**. Disponível Em <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt7/11_monicaribeiro.pdf> acesso: 25/11/2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade**. Petrópolis. Editora Vozes. 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2004.

SARTI, Cynthia. A Vítima como figura contemporânea. Dossiê. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, Jan./Abr. 2011.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B1cHNDJbqFSpSWw2b1FLWEISOG16MmdwU05mNEFNUQ/edit?pli=1> acesso: 26/11/2014.

SILVA, Ana Oliveira. **O assédio sexual nos espaços públicos**. Disponível em: http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1_Ana_Cristina_de_Oliveira_Silva.pdf > acesso: 26/11/2014.

SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL. **Tolerância social à violência Contra as mulheres**. IPEA. 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. CEBELA. FLACSO. Agosto de 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**. Homicídio de Mulheres no Brasil. CEBELA. FLACSO. Brasília. 2015.